

Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.

CNPJ nº 23.826.796/0001-31

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2019. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2019, a Companhia registrou prejuízo de R\$4,7 milhões ante prejuízo de R\$3,0 milhões em 2018. São Paulo, 26 de março de 2020

A ADMINISTRAÇÃO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Ativo circulante		13.523	5.529
Disponível	-	1	304
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	304
Aplicações financeiras		12.108	4.803
Aplicações financeiras	5.1	12.108	4.803
Títulos e créditos a receber		1.414	422
Títulos e créditos a receber	6	1.365	422
Créditos tributários e previdenciários	-	49	-
Ativo não circulante		702	782
Imobilizado	-	75	21
Intangível	7	627	761
Total do ativo		14.225	6.311
Passivo			
Passivo circulante		1.628	872
Contas a pagar		1.628	872
Obrigações a pagar	8.1	1.045	125
Tributos e encargos sociais a recolher	-	218	-
Impostos e contribuições	8.2	143	747
Outras contas a pagar	-	222	-
Patrimônio líquido		12.597	5.439
Capital social	10.1	21.496	9.496
Prejuízos acumulados	-	(8.899)	(4.057)
Total do passivo e patrimônio líquido		14.225	6.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2018	100	(1.019)	(919)
Aumento de capital com dinheiro, conforme AGE do dia 06/12/2018	5	-	5
Aumento de capital com dinheiro, conforme AGE do dia 07/12/2018	9.391	-	9.391
Prejuízo do exercício	-	(3.038)	(3.038)
Saldos em 31/12/2018	9.496	(4.057)	5.439
Aumento de capital com dinheiro, conforme AGE do dia 21/11/2019	12.000	-	12.000
Ajustes de exercícios anteriores	-	(104)	(104)
Prejuízo do exercício	-	(4.738)	(4.738)
Saldos em 31/12/2019	21.496	(8.899)	12.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Rua Vieira Morais nº 2.110, conjunto 801, e tem como objetivo social a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, bem como o fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente em domicílio. Especializa-se no provimento de soluções digitais para a aproximação entre profissionais da saúde e pacientes, incluindo o agendamento de consultas médicas em domicílio por meio de aplicativo, além do agendamento de exames e vacinas. A Companhia tem como acionista a Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR), que detém 100% de participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. e suas controladas, que é tratado nestas demonstrações financeiras pelo termo "SulAmérica". A Sul América S.A. (SASA) tem como principal acionista a Sulapart Participações S.A. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou em 21/02/2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2020. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas adotadas: 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; e • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. 3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: 3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Intangíveis: 3.3.1. Intangíveis de vida útil definida: Os ativos intangíveis com vida útil definida são registrados inicialmente pelo custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. A partir de 01/01/2019, a apuração do imposto de renda e contribuição social mudou de Lucro Presumido para Lucro Real. 3.5. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.752)	(2.830)
Ajustes		
Depreciações e amortizações	204	126
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	(7.305)	(4.803)
Variação de títulos e créditos a receber e outros ativos	(1.082)	(257)
Variação de contas a pagar	756	(553)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(232)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(12.179)	(8.549)
Atividades de investimento		
Compra de ativos imobilizados e intangíveis		
Compra	(124)	(583)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(124)	(583)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	12.000	9.396
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	12.000	9.396
Aumento no caixa	(303)	264
Caixa no início do exercício	304	40
Caixa no fim do exercício	1	304
Aumento/(redução) no caixa	(303)	264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos (Nota 4). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. 3.6. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.6.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** A IFRS 16/CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários com reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor e foram adotadas pela Companhia, quando aplicável. A Companhia avaliou a aplicação da norma em 1º de janeiro de 2019, e considerando os itens 5 a 8 da norma CPC 06 (R2), optou por não aplicar os quesitos 22 a 49 da norma e reconhecer o arrendamento de curto prazo identificado como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento conforme o item 6 da norma. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Alterações às referências à estrutura conceitual nas Normas IFRS – Em vigor a partir de 01/01/2020; • Definição de um Negócio (alterações à IFRS 3) [CPC 15] – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Definição de Relevante (alterações à IAS 1 e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos do grupo de empresas controlado pela Sul América S.A. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros. **5. Aplicações financeiras:** 5.1. Composição das aplicações financeiras: Em 31/12/2019 o saldo das aplicações financeiras está representado pelas cotas de fundo de investimento não exclusivo do Santander Fundo de Investimento SAS Cash Renda Fixa, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.008/0001-03, no montante de R\$12.108 (R\$4.803 em 2018). **6. Títulos e créditos a receber:** Em 31/12/2019, os títulos e créditos da Companhia estavam representados por contas a receber de clientes nos montantes de R\$1.365 (R\$422 em 2018). **7. Intangível:** Em 31/12/2019 e 2018, nas demonstrações financeiras, o Intangível é representado conforme tabela a seguir:

	2019	2018
Contas a pagar		
2019	576	576
2018	-	-
Despesas		
2019	(1.441)	(1.441)
2018	(1.410)	(1.410)
10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: Em 31/12/2019, o capital social da Companhia é de R\$21.496 (R\$9.496 em 2018), conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/11/2019, dividido em 204.362 (148.488 em 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/11/2019 a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$12.000, com a emissão de 55.874 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$214,77 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, passando o capital social de R\$9.496 para R\$21.496. 10.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 10.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso		

continua

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita líquida		11	3.659
Custos dos serviços	12	(4.361)	(2.149)
Resultado bruto		-	(702)
Outras receitas e despesas		(4.050)	(2.674)
Despesas operacionais	-	(46)	-
Despesas administrativas	13	(4.211)	(2.667)
Despesas com tributos	-	(14)	-
Receitas financeiras	-	225	4
Despesas financeiras	-	(4)	(11)
Resultado antes de impostos e contribuições		(4.752)	(2.830)
Imposto de renda	14	10	(147)
Contribuição social	14	4	(61)
Prejuízo do exercício		(4.738)	(3.038)

Quantidade de ações	204.362	148.488
Prejuízo por ação	(0,02)	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(4.738)	(3.038)
Componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	(4.738)	(3.038)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	2019	2018
Saldo em 31/12/2018	915	61
Adição	61	-
Saldo em 31/12/2019	976	61
Amortização acumulada		
Saldo em 31/12/2018	(154)	(195)
Amortização	(349)	(349)
Saldo em 31/12/2019	627	627
Saldo residual em 31/12/2019	5 anos	-

8. Contas a pagar: 8.1. Obrigações a pagar: Em 31/12/2019 e 2018, as obrigações a pagar da Companhia estavam representadas por:

Descrição	2019	2018
Obrigações a pagar	433	51
Honorários de administradores a pagar	576	-
Encargos trabalhistas	-	68
Contas a pagar diversas	36	6
Total	1.045	125
Circulante	1.045	125

8.2. Impostos e contribuições: Em 31/12/2019 e 2018, os impostos e contribuições da Companhia estavam representados por:

Descrição	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	57
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	23
IRRF	39	353
INSS - parte empresa	66	273
Outros	38	41
Total	143	747
Circulante	143	747

9. Partes relacionadas: 9.1. Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são:

Descrição	Cate-goria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2019	2018	2019	2018
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) Ligada		Sul América Companhia Nacional de Seguros	223	51	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) Ligada		Sul América Companhia de Seguro Saúde	73	20	-	-
Total			296	71	23	-

Descrição	Cate-goria	Controladora	Receita		Despesa	
			2019	2018	2019	2018
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) Ligada		Sul América Companhia Nacional de Seguros	1.402	51	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) Ligada		Sul América Companhia de Seguro Saúde	227	20	(132)	-
Total			1.629	71	(132)	-

(a) Valor referente a serviço de intermediação de atendimento entre segurados e prestador médico; e

(b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo.

9.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Total
2019	576	576
2018	-	-
Despesas		
2019	(1.441)	(1.441)
2018	(1.410)	(1.410)

10. Patrimônio líquido: 10.1. **Capital social:** Em 31/12/2019, o capital social da Companhia é de R\$21.496 (R\$9.496 em 2018), conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/11/2019, dividido em 204.362 (148.488 em 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/11/2019 a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$12.000, com a emissão de 55.874 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$214,77 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, passando o capital social de R\$9.496 para R\$21.496. **10.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **10.3. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso

continuação

Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. - CNPJ nº 23.826.796/0001-31

em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. **10.4. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. **11. Receitas operacionais:** Em 31/12/2019 e 2018, as receitas operacionais da Companhia são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Receitas:	4.131	2.140
Prestação de serviços	4.131	2.140
Impostos sobre receita:	(472)	(147)
PIS/COFINS	(380)	(78)
ISS	(92)	(69)
Total	3.659	1.993

12. Custos dos serviços: Em 31/12/2019 e 2018, os custos da Companhia são os seguintes:

Descrição	2019	2018
Serviços de terceiros	(3.036)	(1.614)
Outros	(1.325)	(535)
Total	(4.361)	(2.149)

13. Despesas administrativas: Em 31/12/2019 e 2018, as despesas administrativas da Companhia são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Pessoal próprio	(3.141)	(2.063)
Serviço de terceiros	(151)	(91)
Localização e funcionamento	(641)	(381)
Depreciação e amortização	(204)	(126)
Outras	(74)	(6)
Total	(4.211)	(2.667)

14. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apurou, até 31/12/2018, os tributos de imposto de renda e a contribuição social com base no Lucro Presumido. A partir de 01/01/2019 a tributação passou a ser com base no Lucro Real. Os cálculos dos tributos estão demonstrados a seguir:

Descrição	2019	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(4.752)	(4.752)
Receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	1.188	428
Alíquota nominal	25%	9%
Correntes:		
Adições:		
Outras	(10)	(4)
Subtotal	(10)	(4)
Prejuízo fiscal e base negativa:		
Constituições (a)	(1.168)	(420)
Subtotal	(1.168)	(420)
Receitas com imposto de renda e contribuição social	10	4
Alíquota efetiva	0,21%	0,08%
Alíquota efetiva combinada		0,29%

(a) A Companhia não possui expectativa de realizar seus créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa nos próximos anos, portanto não constituiu provisão para os referidos créditos.

Descrição	2018	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta sujeita ao percentual de 32%	2.140	2.140
Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	685	685
Rendimentos e ganhos líquidos de aplicações de renda fixa e renda variável	4	4
Demais receitas e ganhos de capital	-	-
Base de cálculo da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	689	689
Imposto de Renda e Contribuição Social apurado	147	61

15. Evento subsequente: Em 17 de março de 2020 a controladora Sul América S.A. divulgou comunicado ao mercado e seus acionistas em geral sobre as medidas que estão sendo adotadas para proteger suas operações, seus beneficiários, colaboradores e respectivas famílias desde o início do surto e atual pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Por se tratar de estágio inicial da proliferação do novo COVID-19 no Brasil deve-se observar ao longo das próximas semanas e meses como a situação, que ainda é bastante volátil, irá evoluir, desta forma a SulAmérica não tem ainda como quantificar ou estimar potenciais impactos financeiros em seus resultados.

Conselho de Administração: Presidente - Raquel Reis Corrêa Giglio; **Conselheiro** - Cristiano Donisete Barbieri; **Diretoria:** Diretor Presidente: Fábio Luís Pinto Tiepolo; **Diretor** - Marcello de Alvarenga Santiago. **Contador:** Paulo Roberto Casciello - CRC - 1SP 264.092/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Informações comparativas: As demonstrações financeiras comparativas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido, em 29 de abril de 2019, com as seguintes ressalvas: (a) Documentações suporte para determinados desembolsos: Identificamos determinados desembolsos, no montante de R\$ 991 mil, contabilizados na rubrica de custos dos serviços prestados e, no montante de R\$ 21 mil, contabilizados na rubrica de despesas administrativas, na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, no montante de R\$ 485 mil, contabilizados na rubrica de prejuízos acumulados, em 31 de dezembro de 2018, da amostra total selecionada para os nossos testes de detalhes, para as quais não obtivemos a totalidade das evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre a sua adequação e o seu alinhamento com os objetivos sociais da Companhia. (b) Contabilização dos custos dos serviços prestados pelo regime de competência: Identificamos que os custos dos serviços prestados eram contabilizados com base no recebimento das respectivas notas fiscais dos fornecedores e não com base na data da efetiva prestação de serviços. Desta forma, não tivemos como concluir se os custos dos serviços prestados, registrados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estavam adequadamente mensurados e contabilizados em conformidade com os seus respectivos fatos geradores, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alterou a sua prática contábil para a contabilização dos seus custos e despesas em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e mensurou e registrou os impactos relativos a exercícios anteriores. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

Deloitte.

e-negócios públicos

Diário Oficial

Pesquise gratuitamente as licitações e negócios públicos do Estado

- Busca fácil e objetiva das **licitações**;
- Consulta às **leis e decretos** sobre as contratações;
- E muito mais: concorrências, concursos, convites, dispensas, inexigibilidades, leilões, pregões e tomadas de preços.

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos



Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

